

Renegociação não sai do papel

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — A tentativa do Ministério da Economia de acabar com o rombo de US\$ 57 bilhões dos Estados e municípios ainda não saiu do papel. O governo conseguiu que o Congresso aprovasse a Lei 8.388/91, que define regras para o reescalonamento, mas até agora nenhum governador ou prefeito se dispôs a assinar o acordo de renegociação da dívida com a União.

De acordo com técnicos da equipe econômica, há dois obstáculos: governadores pedem que uma parcela maior de dívidas seja contemplada pelo reescalonamento, enquanto senadores querem aprovar uma resolução que contraria os interesses do Ministério da Economia. O Senado, por prerrogativa constitucional, deve disciplinar os limites de endividamentos dos Estados e municípios.

O débito de US\$ 57 bilhões

foi consolidado em setembro pelo Ministério da Economia. Nesse total, estão incluídos a dívida mobiliária (emissão de títulos estaduais e municipais), os créditos financeiros (empréstimos com instituições financeiras públicas ou privadas) e empréstimos externos com o aval da União.

Encontro de contas — O Departamento do Tesouro Nacional (DTN) está recebendo informações de instituições financeiras para cruzá-las com os débitos alegados pelos Estados. O objetivo é fazer com que, ao final da negociação, possa fazer um “encontro de contas” entre os órgãos públicos.

A semana passada foi marcada pela divergência entre o que deseja o ministro Marcílio Marques Moreira e as negociações políticas dos governadores para que o Senado seja mais flexível na definição dos novos limites de endivida-

mento. “O objetivo é atender os Estados no que for possível, sem prejudicar a execução da política monetária do governo”, afirma o senador Raimundo Lira (PMDB-PB), presidente da comissão que analisa o projeto que substituirá a resolução aprovada no ano passado.

A equipe econômica deseja que a nova resolução referenda os termos da Lei 8.388. Os senadores, no entanto, “pressionados pelos governadores”, ameaçam aprovar os limites futuros de endividamento e também regras de rolagem da dívida velha, segundo técnicos do governo.

Essa dívida velha, porém, é exatamente a definida pelo Ministério da Economia, com o reescalonamento pelo prazo de 20 anos. Esse esquema de pagamento impossibilita que governadores e prefeitos emitam títulos até 1996 — e é com isso que não concordam governadores e prefeitos.